

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/30580	39421/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

**ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:** Câmara Municipal de Braga

**CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.31.25.DMOSM**

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.**

**Contratação:** Empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO FLÁVIO SÁ LEITE”.

<b>Vocabulário CPV:</b> <b>45453000-7 - Obras de revisão e recuperação</b>	<b>Prazo máximo de execução:</b> <b>720 dias</b>	<b>Preço Base:</b> <b>€7.347.733.66</b>
---	---	--

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**Plataforma eletrónica:** <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).



Tipo de procedimento: Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo da alínea a) do ponto 1 do artigo 19.º do Código de Contratos Públicos na sua atual redação.

## 1. ENQUADRAMENTO

O pavilhão Flávio Sá Leite, apresenta atualmente, inúmeras limitações funcionais e patologias estruturais, que o tornam num equipamento desportivo anacrónico, desprovido das condições mínimas necessárias para a prática desportiva saudável e que incumpra já imperativos legais e regulamentares associados ao seu uso.

Com a intervenção proposta, pretende-se um disponibilizar à população em geral um recinto desportivo capaz e funcional, que cumpra todos os padrões atuais de qualidade e conforto para a prática desportiva, assim como todos os parâmetros de higiene e segurança.

Nesta proposta de requalificação, propõe-se um edifício multifacetado, estruturado entre valências de uso público/privado, com diferentes acessos e possibilidades de uso, assumindo assim, expressivamente a sua matriz pública. Será adotado um desenho contemporâneo, que não se demarque da envolvente, mas antes, em perfeita simbiose com a mesma, e sobretudo, que se enquadre na dimensão histórica do Estádio 1º de Maio, sem nunca haver intenção de tirar o protagonismo que lhe é devido.

Trata-se de uma intervenção de requalificação e ampliação, de um corpo pré-existente simples, mas de intrincadas volumetrias, adaptadas à dimensão do programa, às condicionantes do terreno, às várias acessibilidades, à complementaridade obrigatória com o Estádio 1º de Maio (classificado, desde 2012, como Monumento de Interesse Público) e arruamento estruturante.

No que ao PDM, diz respeito, importa referir que o pavilhão Flávio Sá Leite, encontra-se em “Zona Especial de Proteção” - conforme consta no extrato da planta de ordenamento - Património Classificado e Inventariado - Sistema Patrimonial.

E é desta obrigatória complementaridade com o Estádio 1º de Maio, que nasce o “conceito” da intervenção, na procura da simbiose perfeita, entre o existente e o novo, fez-se a “transposição” do desenho de linhas curvas do estádio, para o interior e exterior do pavilhão Flávio Sá Leite, bem vincado, quer ao nível das plantas, como dos alçados.

### 1.2. Proposta de intervenção:

De acordo com memória descritiva anexa.

### 1.3. Pareceres prévios vinculativos obtidos por parte de entidades externas:

→ DRCN/DSBC – Direção Regional de Cultura do Norte → Parecer favorável;

→ ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. → Parecer favorável;



→ CMB/DPC → Divisão de Proteção Civil → Informação técnica e parecer segundo o RJ-SCIE (Lei 123/2019 de 18 de outubro);

→ IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. → Parecer favorável.

→ AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. → Parecer favorável

→ ADENE – Agência para Energia → Pré-Certificado Energético (PCE);

Pese embora decorra já processo de análise no âmbito do pedido/solicitação n.º 3186746 em apreciação na ANEPC de Viseu, o processo ainda não inclui o necessário parecer vinculativo por parte da entidade ***Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)***, não sendo assim possível, até à data de elaboração da presente proposta, incluir no processo o referido parecer

Do mesmo modo o processo não inclui ainda da informação da entidade ***E-REDES***, relacionado com o pedido de condições de ligação á rede pública, informação essa na obter no âmbito do pedido com n.º de registo 890000207176.

***No entanto, salvaguardando-se o princípio da legalidade do procedimento, qualquer decisão proferida e deliberada pelo Executivo Municipal no âmbito da presente proposta, apenas produzirá efeitos, se e quando, o parecer for emitido, ficando a produção de efeitos da deliberação proposta condicionada à emissão de ambos os pareceres favoráveis.***

## 2. PROPOSTA

Propõe-se abertura de procedimento concursal público ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 19.º do CCP da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 31/08 alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21/05 da alteração ao Código de Contratos Públicos – Concurso Público – com vista à execução da empreitada **“REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO FLÁVIO SÁ LEITE” a levar a efeito na União de Freguesias de São Lázaro, São João do Souto deste concelho**, com valor base **7.347.733,66€ + IVA**.

Prazo de execução: **720 dias**

Repartição de encargos a considerar (rubrica 2024/54\_05):

- Ano de 2025: **€900,00 + IVA;**
- Ano de 2026: **€3.673.416,83 + IVA;**
- Ano de 2027: **€3.673.416,83 + IVA.**

### 2.1. Fundamentações

#### 2.1.1. Fundamentação para a não adjudicação por lotes



Parece-nos claro que, face ao objeto global da intervenção, a mesma é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se a adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinadamente esta opção. A separação por lotes, caso se verificasse, resultaria certamente em um prejuízo claro ao nível da gestão contratual, gestão do prazo e da responsabilidade associada à garantia de obra.

### 2.1.2. Fundamentação do preço base

Nos termos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base da presente empreitada foi definido com base em critérios objetivos, transparentes e devidamente justificados, garantindo a sua conformidade com o princípio da boa gestão dos dinheiros públicos.

#### Metodologia de cálculo adotada

o Partiu-se de **preços unitários obtidos em procedimentos concursais anteriores**, relativos a empreitadas de natureza semelhante, tanto ao nível das especialidades construtivas como da dimensão e complexidade da obra.

o Esses preços foram **ajustados às especificidades próprias da presente empreitada**, atendendo:

- Às características técnicas e construtivas da obra projetada;
- À tipologia e volume das tarefas envolvidas;
- Às particularidades geográficas, logísticas e ambientais do local de execução.

#### Atualização face às condições de mercado

o Os preços unitários foram **corrigidos tendo em conta a evolução recente dos custos de mercado**, nomeadamente:

- Variações no custo de materiais de construção;
- Alterações nos custos de mão de obra;
- Acréscimos de custos decorrentes de exigências ambientais, de segurança e de prazos de execução.

Para este efeito, foram consideradas **fontes de referência reconhecidas**, como índices setoriais de custos de construção publicados por entidades oficiais e dados estatísticos disponíveis.

### 3. Verificação da razoabilidade do preço



O preço global apurado (€7.347.733,66), foi confrontado com:

- Valores praticados em empreitadas semelhantes, adjudicadas;
- Estimativas fornecidas por projetistas;

Esta comparação permitiu **validar a razoabilidade e exequibilidade do preço base**, prevenindo riscos de suborçamentação ou de afastamento injustificado dos valores de mercado.

### Objetivo do preço base

O preço fixado visa constituir um **referencial técnico-financeiro** para a avaliação das propostas, assegurando simultaneamente:

- A sustentabilidade da execução da empreitada;
- A proteção do interesse público, evitando sobrecustos;
- O respeito pelos princípios da concorrência e igualdade entre concorrentes.

#### 2.1.3. Revisão de projeto

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias.

A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos.

O número 2 do artigo 43.º do Código de Contratos Públicos e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submissão do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida.

De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima da 3.ª categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a € 400 000,00.

Nestes termos, tratando-se de um projeto desenvolvido externamente, excetuando-se apenas o projeto de arquitetura em fase de estudo prévio que foi desenvolvido pelo município como princípio orientador do projeto a desenvolver, a revisão de projeto foi



assegurada através dos recursos internos ao município com base em constante acompanhamento do desenvolvimento do projeto, incluindo obviamente análise e revisão cuidada de todas as peças e elementos que o compõe. Este processo de revisão está perfeitamente sustentado em relatório final elaborado para o efeito e pela troca de correspondência eletrónica efetuada entre técnicos municipais de diferentes áreas técnicas e os autores de projeto.

## 2.2. Critério de adjudicação

Nos termos do número 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.

Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.

b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

Fatores	Ponderação	Total
Preço	70%	100%
Prazo de execução	30%	

c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.

d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.

e) A valorização do **factor preço** será determinado por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um cêntimo);

f) O fator preços será valorizado de 0 (zero) a 10(dez) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 10 (dez) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.

g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:





$$\text{Fator preço} = \left(1 - \frac{\text{preço proposto} - 0,01\text{€}}{\text{preço base} - 0,01\text{€}}\right) \times 10$$

h) A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (**720 dias de calendário**) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a **630 dias** de calendário.

i) O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (**720 dias**) e 1(um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo (**630**).

j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte formula matemática:

$$\text{Fator prazo} = 1 - \frac{\text{Prazo proposto} - \text{prazo mínimo}}{\text{prazo máximo} - \text{prazo mínimo}}$$

k) A avaliação final das propostas será densificada por subjunção dos fatores à seguinte formula matemática.

$$\text{Avaliação} = \text{Fator preço} \times 0,7 + \text{fator prazo} \times 0,3$$

l) Conforme referido, as propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito, ou seja, do maior para o menor valor resultante da avaliação, ou seja, da subjunção dos fatores à fórmula prevista na alínea anterior;

Caso se verifique a necessidade comparar e avaliar propostas que apresentem preços acima do valor base fixado - facto só possível nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos - a avaliação das mesmas decorrerá nos mesmos termos previstos nas alíneas anteriores, embora com avaliação de sinal negativo, ou seja, ordenar-se-á as propostas de acordo com o critério de adjudicação (decrescente de mérito).

## 2.3. Pressupostos da adjudicação

2.3.1. Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá **adjudicar aquela que** - de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base – **seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação**. Esta possibilidade, enquadrar-se-á no regime e pressuposto de exceção e de interesse público previsto no mesmo artigo, decorrente e associado ao risco de perda de financiamento caso não se verifique a adjudicação da empreitada.



### 3 – DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Face ao supramencionado, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato que se pretende celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **autorizar e aprovar os termos da referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

A não contratação por lotes, de acordo com o supramencionado.

#### 3.1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

#### 3.2. Parâmetros base

Os parâmetros base compreendidos no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, são os seguintes:

a) O preço base do procedimento será de **€7.347.733,66 (sete milhões trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e três euros e sessenta e seis cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor\*\*, \*\* significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

b) Prazo máximo de execução da empreitada: **720 dias**

#### 3.3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*\*\*. \*\*

#### 3.4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada:

#### Membros efetivos:





Valéria Borges (Presidente)

Rita Gonçalves

António Torres

**Membros suplentes:**

Carlos Rodrigues

Ana Martins

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: António Torres.

**3.5. Gestor do contrato**

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à **Eng.ª Paula Pereira**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

**3.6. Delegação de competências**

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às correções nas peças do procedimento de erros cálculo ou escrita, e erros nos dados introduzidos na plataforma eletrónica;
- Proceder às diligências necessárias para resposta aos concorrentes sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos;



- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

### **3.7. Adjudicação da empreitada**

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**, de acordo com o definido no ponto **2.2. (Critério de adjudicação)**.

Em caso de empate no valor das propostas, o desempate será efetuado por sorteio, pelo júri do procedimento, na presença das entidades interessadas.

### **3.8. Cabimento orçamental**

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 98305, emitido em 23/09/2025.

### **3.9. Declaração de inexistência de conflitos de interesses**

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI\_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.

Braga, 23 de setembro de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)

### **Em anexo à presente proposta:**

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses \_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

### **Em anexo nos documentos do processo:**



- Cabimento; Programa do Concurso; Caderno de encargos; Projeto de execução.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

**Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses**

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao procedimento **CPE.31.25.DMOSM**, respeitante à contratação pública – Empreitada “**REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO FLÁVIO SÁ LEITE**”, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 23 de setembro de 2025



## MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se a presente memória ao Projeto de Requalificação do Pavilhão Flávio Sá Leite (Processo nº 2023/300.10.001/163 – Interno nº 35624 de 02/05/2023).



**Pavilhão Flávio Sá Leite – Ano de construção:1980**

Imagem 1 – Local de intervenção

O Pavilhão Flávio Sá Leite, apresenta atualmente, inúmeras limitações funcionais e patologias estruturais, que o tornam num equipamento anacrónico, perante as necessidades atuais, para a prática desportiva e respetivo cumprimento dos imperativos legais atuais.

Pretende-se um recinto desportivo capaz e funcional, que cumpra todos os padrões atuais de qualidade e conforto para a prática desportiva, assim como todos os parâmetros de higiene e segurança.

Nesta proposta de requalificação, propõe-se um edifício multifacetado, estruturado entre valências de uso público/privado, com diferentes acessos e possibilidades de uso, assumindo assim, expressivamente a sua matriz pública. Será adotado um desenho contemporâneo, que não se demarque da envolvente, mas antes, em perfeita simbiose com a mesma, e sobretudo, que se enquadre na dimensão histórica do Estádio 1º de Maio, sem nunca haver intenção de tirar o protagonismo que lhe é devido.

Trata-se de uma intervenção de requalificação e ampliação, de um corpo pré-existente simples, mas de intrincadas volumetrias, adaptadas à dimensão do programa, às condicionantes do terreno, às várias acessibilidades, à complementaridade obrigatória com o Estádio 1º de Maio (classificado, desde 2012, como Monumento de Interesse Público) e arruamento estruturante.

No que ao PDM, diz respeito, importa referir que o pavilhão Flávio Sá Leite, encontra-se em “Zona Especial de Proteção” - conforme consta no extrato da planta de ordenamento - Património Classificado e Inventariado - Sistema Patrimonial.







Imagem 2

E é desta obrigatória complementaridade com o Estádio 1º de Maio, que nasce o “conceito” da intervenção, na procura da simbiose perfeita, entre o existente e o novo, fez-se a “transposição” do desenho de linhas curvas do estádio, para o interior e exterior do pavilhão Flávio Sá Leite, bem vincado, quer ao nível das plantas, como dos alçados.

Propõe-se fazer ampliação do edifício desportivo existente, a Norte, Sul e Nascente.

O “corpo Norte”, será de apenas um piso, onde ficará situada a bilheteira, as instalações sanitárias para o público, os balneários destinados a atletas da formação, os balneários para árbitros, treinadores e monitores e ainda os vestiários para o pessoal e uma arrecadação exterior.

O “corpo Sul”, terá 2 pisos, sendo que no piso 0, irá albergar os balneários para as equipas seniores, treinadores e árbitros e gabinete de tratamentos/posto médico. Já o piso 1, albergará uma sala multifunções, áreas destinadas à comunicação social e respetivas áreas de apoio, camarotes e respetivas áreas de apoio e um bar de apoio, tanto à zona dos camarotes, como à zona destinada aos adeptos visitantes.

O “corpo Nascente”, também terá 2 pisos, sendo que no piso 0, ficará situado o átrio, os acessos verticais (escadas e elevador), um museu/loja de vendas e um bar, destinado ao público e ainda áreas técnicas. O piso 1, será utilizado exclusivamente, para áreas administrativas e para garantir a acessibilidade à bancada B1.

O pavilhão Flávio Sá Leite, está localizado numa zona acessível por diversos meios de transporte, estando munido pela via de acesso (EN101) e áreas de estacionamento, para vários tipos de veículos, já existentes no local (ver imagem 3).



Imagem 3



A opção de manter as bancadas intocáveis, de per si, já se traduz numa enorme condicionante no que ao cumprimento legal, diz respeito, não obstante, tentou-se assegurar que o recinto desportivo cumpre com todas as normas exigíveis pelas entidades que superintendem esta matéria.

Nesse seguimento, por se tratar de uma construção anterior a 2008, no que refere ao cumprimento legal, nomeadamente ao nível de SCIE, serão adotadas medidas compensatórias, para fazer face a eventuais desconformidades.

Uma das desconformidades identificadas na bancada existente, prende-se com a profundidade de 70cm que apresenta, quando, segundo o ponto 9, do artigoº53, da portaria nº135/2020, deveria ter uma profundidade de 75cm. De forma a minimizar este fator, e procurando garantir um maior conforto para os espetadores, propõe-se a colocação de um modelo de bancos corridos, tipo ou equivalente ao que se pode verificar na imagem 4, sobre os patamares de bancada existente, sendo possível garantir no máximo, um afastamento entre filas de 0.39m (assento com profundidade de 31cm).

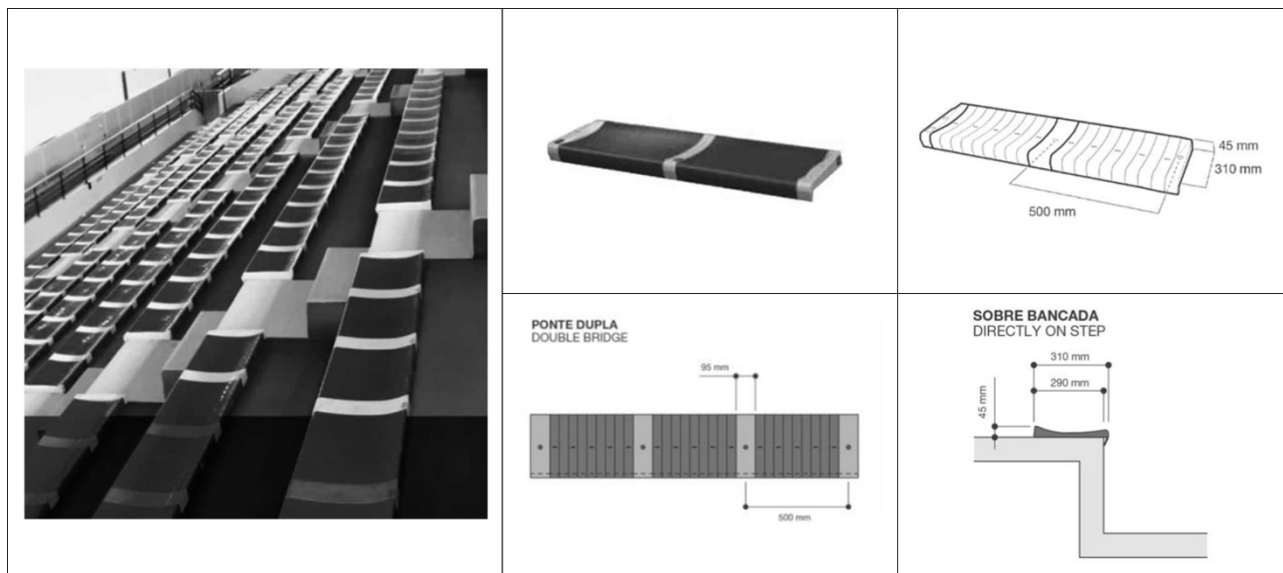


Imagem 4 – Modelo de banco a aplicar na bancada existente

Portaria nº 135/2020

“Artigo 53.º - Lugares destinados ao público

9 - Nas salas de espetáculos, auditórios, anfiteatros, pavilhões desportivos e recintos itinerantes, os lugares em bancadas devem ser convenientemente separados por traços bem visíveis, espaçados de 50 cm, ter a altura mínima de 40 cm e a profundidade de 75 cm, incluindo uma faixa mais elevada de 35 cm, que se destina ao assento.”

Este pavilhão desportivo, apresenta atualmente, na zona de jogo, um pé direito central, de aproximadamente 8 metros (encontra-se à cota -1.03), que será para manter.

Será garantida uma lotação de 927 lugares sentados, incluindo a construção de uma nova bancada, com de 77 lugares, 2 dos quais, destinados a pessoas com mobilidade condicionada e 3 camarotes com um total de 58 lugares, incluindo 1 lugar, para pessoas com mobilidade condicionada.





No piso 0, estão previstas instalações sanitárias (masculinos, femininos e mobilidade condicionada), dois blocos de balneários destinados a equipa seniores, um dos quais, com sala de crioterapia, balneários destinados a equipas de formação, balneários para os treinadores/ monitores e respetivas salas de apoio, balneários para a equipa de arbitragem e respetivas salas de apoio, posto médico/antidoping, gabinete de tratamentos e ginásio, vestiários de pessoal, rouparia/lavandaria, áreas técnicas e arrecadações de material desportivo e de limpeza.

Ainda no piso 0, encontram-se o museu/loja de vendas e um bar, que irá possuir dupla valência, já que poderá funcionar, tanto para o interior do edifício, como para o exterior. Ainda neste piso, podemos também encontrar uma bilheteira, junto ao átrio de entrada, que apesar de estar incorporada no edifício desportivo, o seu funcionamento será totalmente independente.

A acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, será garantida em todo o edifício, através de um elevador, localizado na entrada/átrio do Pavilhão Flávio Sá Leite.

Já ao nível do piso 1, podemos encontrar uma zona administrativa, onde está localizado uma secretaria, com a respetiva receção (o desenho adotado para o balcão irá permitir o atendimento de pessoas com mobilidade condicionada), o gabinete do encarregado, o gabinete da direção e sala de reuniões.

A entrada do edifício é-nos apresentada por uma pala exterior, que se se prolonga e define a zona do átrio. Esta pala exterior incorpora ainda uma bilheteira “exterior”, que como foi referido anteriormente, apesar de estar incorporado no edifício desportivo, o seu funcionamento será autónomo.

Todas as áreas destinadas a atletas e técnicos, possuem acesso independente e separado dos espectadores, de modo a garantir maior segurança, sobretudo em situações de competição.

O pavilhão Flávio Sá Leite, irá possuir uma área de implantação de 3.129m<sup>2</sup>, um recinto desportivo com uma capacidade de 927 lugares sentados, 18 dos quais, destinados para pessoas com mobilidade condicionada, para além ser composto pelos seguintes espaços:

- a) Átrio – Trata-se de um local com uma zona de estar central, que comunica diretamente com o recinto de jogo, museu/loja de vendas, zona administrativa, bancada, acessos verticais (escadas e elevador) e instalações sanitárias;
- b) Bilheteira - Esta bilheteira terá uma área de aproximadamente 10.95m<sup>2</sup>, um pé-direito livre de 2.70m. O pavimento e as paredes serão revestidos a material cerâmico, já o teto será em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente “Glassroc X”, para pintar a tinta de cor branca;
- c) Recinto de jogo de 40x20m, mais as respetivas áreas de segurança. O pé-direito é de 8,70m, no ponto mais favorável (zona central) e 7,75m, no ponto mais desfavorável (zona lateral). Será colocado em todo o perímetro do campo de jogo, guarda-corpos com 1,10m de altura;
- d) Blocos de instalações sanitárias, localizadas no piso 0, devidamente dimensionadas, em função do número de espectadores (femininos, com 13.10m<sup>2</sup>, masculinos, com 13.75m<sup>2</sup> e mobilidade



condicionada, com 4.85m<sup>2</sup>). O pé direito livre, será de 3.00m, o pavimento e as paredes serão revestidos a material cerâmico e/ou placas fenólicas, já o teto será em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente “Glassroc X”, para pintar a tinta de cor branca.

A ventilação das instalações sanitárias será permanente, com contínua renovação do ar, de acordo com o artigo 10º do Decreto-Lei nº 243/86 de 20 de agosto;

- e) Um bloco de instalações sanitárias, localizadas no piso 1, destinados aos serviços administrativos (femininos/mobilidade condicionada e masculinos/mobilidade condicionada, ambos com 9.82m<sup>2</sup>). O pé direito livre, será de 3.00m, o pavimento e as paredes serão revestidos a material cerâmico e/ou placas fenólicas, já o teto será em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente “Glassroc X”, para pintar a tinta de cor branca. A ventilação das instalações sanitárias será permanente, com contínua renovação do ar, de acordo com o artigo 10º do Decreto-Lei nº 243/86 de 20 de agosto;
- f) Dois blocos de instalações sanitárias, localizadas no piso 1, destinadas aos camarotes e comunicação social (femininos, masculinos e mobilidade condicionada), sendo que o bloco que incorpora a instalação sanitária para pessoas com mobilidade condicionada, está organizado de forma a que seja possível a sua utilização, de forma esporádica, sobretudo em dia de jogos grandes, pelos adeptos visitantes (localizados na bancada - caixa de segurança). Esta flexibilidade do espaço será garantida, com a compartimentação do local nesses jogos específicos, garantindo assim, a segurança de todos os espetadores.

O pé direito livre, será de 3.00m, o pavimento e as paredes serão revestidos a material cerâmico e/ou placas fenólicas, já o teto será em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente “Glassroc X”, para pintar a tinta de cor branca.

A ventilação das instalações sanitárias será permanente, com contínua renovação do ar, de acordo com o artigo 10º do Decreto-Lei nº 243/86 de 20 de agosto;

- g) Museu e loja de vendas, localizado junto ao átrio de entrada, com uma área de 61.50m<sup>2</sup>. O pé direito livre, será de 2.70m, o pavimento e as paredes serão revestidos a material cerâmico e o teto será em placas de gesso cartonado, para pintar a tinta de cor branca;
- h) Bar (piso 0), destinado ao público, com uma área de 12.22m<sup>2</sup>, irá funcionar, tanto para o interior, como para o exterior do pavilhão desportivo, operando apenas para venda de bebidas e outros produtos alimentares embalados, não havendo desse modo confeção de alimentos; Estará dotado de pia de lavagem com torneira (água quente e fria) de comando não manual, com toalhas de papel e soluto desinfetante. De referir ainda, que este bar possuirá duas arrecadações de apoio.



O pé direito livre, será de 2.70m, o pavimento e as paredes serão revestidos a material cerâmico e o teto será em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente “Glassroc X”, para pintar a tinta de cor branca;

- i) Bar (piso 1), situado no piso 1, de apoio a duas zonas distintas (zona de lounge e zona destinada aos adeptos visitantes), com 13.70m<sup>2</sup>, operando apenas para venda de bebidas e outros produtos alimentares embalados, não havendo desse modo confeção de alimentos;

Estará dotado de pia de lavagem com torneira (água quente e fria) de comando não manual, com toalhas de papel e soluto desinfetante. Para além disso, possuirá duas arrecadações de apoio.

O pé direito livre, será de 3.70m, o pavimento e as paredes serão revestidos a material cerâmico e o teto será em placas de gesso cartonado, para pintar a tinta de cor branca;

- j) Zona de bancada existente (B1, B2, B3, B4, B5 e B6), destinada ao público. Apesar das bancadas, a nível estrutural, não sofrerem qualquer tipo de alteração, foram feitas algumas melhorias, no sentido de conferir ao espaço maior conforto e segurança para os seus utilizadores, assim como para o necessário cumprimento da legislação em vigor.

Nesse sentido, para além da colocação de bancos corridos e colocação de guarda corpos com 1.10m de altura, também se procedeu ao alargamento das coxias existentes, para 2UP, bem como a criação de uma plataforma, na parte superior da bancada B1 (bancada acessível), para criação de lugares destinados a pessoas com mobilidade condicionada e respetivos acompanhantes (cadeiras rebatíveis).

Nas bancadas B2 e B4 (bancada curva), optou-se por não colocar banco corrido, mantendo assim a imagem da bancada existente, incólume. Não obstante, tal como nas restantes bancadas, também nestas, foi contabilizado o número de lugares sentados, à razão de 0.50m de largura, por lugar, identificados e numerados;

- k) Zona de espectadores, destinada à equipa visitante, bancada B6 (caixa de segurança), com acesso independente, por escada, a partir do exterior, com átrio interior, que irá servir a bancada, o bar e as instalações sanitárias, (na eventualidade de haver necessidade de acesso a pessoas com mobilidade condicionada, este terá de ser feito através do elevador, por de um percurso alternativo);
- l) Bancada para Cativos, com 75 lugares, 2 dos quais destinados a pessoas com mobilidade condicionada. Por se tratar de uma bancada nova, cumprirá todos os pressupostos legais. Para além da valência de bancada, também irá comportar no seu tardo, uma zona de estar, voltada para o bar. De referir ainda, que esta bancada, assim como as bancadas B5, B6, situadas nos extremos de campo, serão protegidas até aos 2,50 m de altura;



- m) Zona de camarotes, situada por cima dos bancos de suplentes, com acesso independente, munidos por uma zona lounge, um bar e instalações sanitárias (masculinos, femininos e mobilidade condicionada).

O camarote 1, possui uma área de 12.24m<sup>2</sup>, será destinado à equipa visitante, terá uma capacidade para 15 lugares sentados. Este camarote estará separado, por barreira física dos restantes.

Os camarotes 2 e 3, têm uma área de 14.70m<sup>2</sup>, uma capacidade para 19 e 23 lugares, respetivamente, sendo que no camarote 3, 1 dos 23 lugares, será destinado a pessoas com mobilidade condicionada.

Estes camarotes estão localizados na área definida como “área de requalificação”, pelo que existem alguns constrangimentos estruturais. Nesse seguimento, para fazer face a eventuais desconformidades, que não seja possível ultrapassar, serão adotadas medidas compensatórias;

- n) Zona destinada a suplentes (equipa da casa/visitante), cada um, com 12 lugares;
- o) Zona destinada a Lavandaria/rouparia, com uma área de 7.80m<sup>2</sup> e 8.15m<sup>2</sup>, respetivamente;
- p) 2 blocos de balneários, destinados a equipas seniores (equipa da casa e equipa visitante), com uma área de 62.30m<sup>2</sup> e 62.20m<sup>2</sup>, respetivamente. Estão dimensionados para 22 atletas cada, com zona de vestiários, zona de duche e instalações sanitárias. O balneário destinado à equipa da casa, também está dotado com uma sala de crioterapia, com uma área de 15.35m<sup>2</sup>.

Os percursos, serão exclusivos e sem cruzamentos com as áreas destinadas ao público. Serão constituídos por uma zona de vestiários, com as áreas secas dos vestiários separadas das áreas húmidas. Os vestiários serão equipados com cabides fixos e bancos corridos, à razão de 0,50 m de largura de banco por atleta. Estes balneários, estarão também munidos de instalações sanitárias, lavatórios e postos de duche, com chuveiros servidos por redes de água quente e fria, em número proporcional à ocupação e regime de rotação previstos, com a dimensão de 0,80m x 0,80m, além de espaço adjacente para circulação, acesso e secagem, com 1,20m de largura.

As paredes e divisórias levarão revestimento cerâmico até ao teto e/ou compacto fenólico. O pavimento será em cerâmico antiderrapante.

Pé direito livre, com 3m e teto em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente “Glassroc X”, para pintar a tinta de cor branca;

- q) 3 blocos de balneários, destinados a equipas de formação (masculino/feminino), com uma área aproximada de 55.00m<sup>2</sup>, dimensionados para 19 atletas cada e com percursos exclusivos e sem cruzamentos com as áreas destinadas ao público. Serão constituídos por uma zona de vestiários, com as áreas secas dos vestiários separadas das áreas húmidas. Os vestiários serão equipados com cabides fixos e bancos corridos, à razão de 0,50 m de largura de banco por atleta. Estes balneários estarão também munidos de instalações sanitárias, lavatórios e postos de duche, com



chuveiros servidos por redes de água quente e fria, em número proporcional à ocupação e regime de rotação previstos, com a dimensão de 0,80m x 0,80m, além de espaço adjacente para circulação, acesso e secagem, com 1,20m de largura.

Por se tratar de balneários destinados a formação, optou-se pela colocação de uma zona de chuveiros comum a 2 blocos de balneários (balneário formação 2 e 3), para além de estarem equipados com uma instalação sanitária, destinada a pessoas com mobilidade condicionada.

As paredes e divisórias levarão revestimento cerâmico até ao teto e/ou compacto fenólico. O pavimento será em cerâmico antiderrapante.

Pé direito livre, com 3m e teto em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente "Glassroc X", para pintar a tinta de cor branca;

- r) Posto médico / anti-doping, gabinete de tratamentos e respetiva sala de espera, localizado na proximidade dos vestiários-balneários e de forma a permitir fácil comunicação com a zona de prática desportiva e com os percursos de saída para o exterior (zona de estacionamento da viatura de socorro), através de corredores e vãos de passagem de com 1.20m de largura mínima. Este espaço, possui condições de acesso e percursos internos, que permite a sua utilização por parte do público e está inserido numa instalação desportiva com lotação inferior a 1000 espetadores. Estes espaços, destinam-se, portanto, a praticantes, juizes, monitores, treinadores e espectadores. A sala de espera possui 9.85m<sup>2</sup>, o gabinete de tratamentos 18.16m<sup>2</sup> e o posto médico/anti-doping com 25.89m<sup>2</sup>.

O posto médico, irá dispor de uma antecâmara, uma marquesa, uma secretária e cadeiras, armário para material e produtos médicos, um lavatório e uma pia sanitária.

O pé direito livre, será de 2.70m, o pavimento e as paredes será em material cerâmico e/ou placas fenólicas e o teto será em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente "Glassroc X", para pintar a tinta de cor branca. Possuirá iluminação e ventilação natural ;

- s) Um pequeno Ginásio, localizado por baixo das bancadas B5 e B6, com 62.60m<sup>2</sup>. Na zona em que o pé-direito é reduzido, será utilizado para arrecadações. Possui uma instalação sanitária de apoio e o acesso, pode ser feito tanto pelo interior, como pelo exterior (percurso acessível);
- t) Vestiários destinados ao pessoal (4 funcionários), terão uma área de aproximadamente 15m<sup>2</sup>, o pavimento e as paredes serão revestidos a material cerâmico e/ou placas fenólicas e o teto será em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente "Glassroc X", para pintar a tinta de cor branca. Estarão ainda dotados de armários individuais normalizados (0,3x0,4x1,5m), um por cada trabalhador, um duche com água quente e fria, um lavatório e uma pia sanitária;



- u) Zonas de arrecadação, ficam situadas, maioritariamente, debaixo das bancadas, onde o pé direito é demasiado reduzido;
- v) 3 Balneários destinados às equipas de arbitragem, dois localizados junto aos balneários das equipas seniores, com aproximadamente 14m<sup>2</sup>, com uma área seca de vestiário, com 2 cabinas de duche individual e instalação sanitária, composta por 1 lavatório e 1 cabina com sanita e respetivas salas de apoio, com aproximadamente 10m<sup>2</sup>. Está localizado outro balneário para árbitros, junto aos balneários de formação com 16.55m<sup>2</sup>, com as mesmas valências dos demais. As paredes e divisórias levarão revestimento cerâmico até ao teto e/ou compacto fenólico. O pavimento será em cerâmico antiderrapante. Pé direito livre com 3m e teto em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente "Glassroc X", para pintar a tinta de cor branca;
- w) Balneários para treinadores (junto aos balneários das equipas seniores) e balneários para monitores (junto aos balneários das equipas de formação), terão uma área seca de vestiário, com 2 e 3 cabinas de duche individual, respetivamente, uma instalação sanitária, composta por 1 lavatório e 1 cabina com sanita e espaço adicional para uma mesa de trabalho. As paredes e divisórias levarão revestimento cerâmico até ao teto e/ou compacto fenólico. O pavimento será em cerâmico antiderrapante. Pé direito livre com 3m e teto em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente "Glassroc X", para pintar a tinta de cor branca;
- x) Área administrativa, que comporta uma secretaria, com a respetiva receção, o gabinete do encarregado, o gabinete da direção e sala de reuniões. O pé-direito livre será de 3m, o pavimento será em material cerâmico, as paredes, serão em material cerâmico e/ou placas fenólicas, até uma altura de 2,10m, a partir dessa altura e até ao teto, será acabada a estanhado liso, para pintar a tinta de cor branca. Todos os espaços possuirão iluminação e ventilação natural;
- y) Zona destinada à comunicação social/ imprensa escrita e comentadores e régie, localizados em zona central, com visibilidade geral de todo o terreno desportivo;
- z) Sala multifunções, com 88.40m<sup>2</sup>, que consoante as necessidades, poderá ser dividida em duas salas, para utilização em simultâneo, dotando assim o espaço de maior flexibilidade;

Na maioria dos compartimentos interiores estará assegurada luz e ventilação natural, nomeadamente através de vãos com vidro duplo laminado, sistema pivotante, claraboias e portas com grelhas de ventilação.

Quando tal não se verifica, utiliza-se um sistema de ventilação mecânica silenciosa.

O obscurecimento total ou parcial dos espaços, será garantido pela colocação de telas Screen e/ou Black Out.



Estruturalmente, este edifício será resolvido num reticulado de pilares em betão armado, sendo as lajes maciças ou aligeirada, consoante o vão respetivo.

- A cobertura da área do recinto desportivo (a requalificar), será em painel sandwich, do tipo ou equivalente “painel sandwich ftb pc 1000 i acústico - painel de cobertura”, de cor branca, de grande eficácia para este tipo de vãos.

A entrada de luz natural, será muito controlada (vãos e/ou túneis de luz), de maneira a não conflitar com a prática desportiva. Já nas áreas de ampliação, a cobertura será devidamente isolada e impermeabilizada com telas asfálticas e isolamento térmico, com descaimento mínimo de 1%, acabamento final a seixo rolado e platibandas rufadas a zinco.

As claraboias serão em caixilharia de alumínio, com sistema de rutura térmica, vidro duplo laminado + vidro laminado temperado, refletivo (de cor prata), com grelhas laterais de ventilação e túneis de luz.

As paredes exteriores, ao nível do piso 0, serão em betão aparente - revestimento com painéis de grc (glassfibre reinforced concrete), à cor do betão natural, com inscrições pontuais em baixo relevo, tipo ou equivalente “betoncrete” - estereotomia em painéis verticais “reguado”, caixa de ar e isolamento térmico pelo interior e bloco térmico/acústico (500x200x200), com reforço nos pontos onde será feita a fixação dos painéis de revestimento à parede. No alçado Norte, prevê-se a gravação no próprio betão, do lettering “Pavilhão Flávio Sá Leite”, em baixo relevo.

Este embasamento perimetral, em betão aparente, para além das mais valias que apresenta ao nível da manutenção, enquadra a intervenção com a envolvente, nomeadamente com o estádio 1º de Maio, já o alçado confrontante, também apresenta um embasamento num material distinto do restante corpo, no caso granito.

Já no piso 1, serão constituídas por bloco térmico/acústico (500x200x200), levando isolamento térmico pelo exterior, painel sandwich de fachada, com uma “pele” exterior em chapa perfurada – Revestimento de fachada em painéis de alumínio perfurado (25mm de espessura) termolacados à cor branca, com malha losangular em alto relevo, na mesma cor e acabamento das placas de revestimento. Já as paredes interiores, dependendo dos espaços, ou serão revestidas com material cerâmico e/ou viroc, ou acabadas em reboco fino projetado e massa de estanhar para pintar até ao teto, com aplicação de um lambrim lavável. As divisórias interiores, serão em alvenaria em tijolo perfurado 30x20x15, com o mesmo revestimento das restantes paredes interiores.

Em relação aos tetos, estes serão em gesso cartonado perfurado acústico, na maioria das circulações e zonas de permanência e hidrófugo nos restantes compartimentos, excetuando, balneários, instalações sanitárias e zonas confinantes com o exterior, que serão em placas de gesso laminado, revestidas e reforçadas com fibra de vidro, tipo ou equivalente “Glassroc X”, para pintar a tinta de cor branca e/ou viroc à cor natural. Na zona das palas exteriores, o teto será em viroc (peças recortada com estereotomia semelhante à “pele” da fachada).





As áreas técnicas, estão voltadas para o exterior (localização da caldeira), com portas ventiladas, paredes rebocadas a areado fino, para pintar a cor cinza e pavimento em betão polido.

As janelas serão em caixilharia em alumínio, com sistema de rutura térmica + vidro duplo laminado (vãos basculantes, oscilobatentes e de correr). As portas exteriores também serão em caixilharia de alumínio com sistema de rutura térmica + painel liso e/ou vidro duplo laminado com lâminas de ventilação, em alumínio pelo exterior. A Caixilharia será do tipo ou equivalente "navarra - caixilharia de alumínio de folha oculta n14 300, com rutura térmica ", acabamento termolacado termolacado cor antracite - ral 7016 texturado (mate) e/ou termolacado cor cinza ral 9006 texturado (mate).

No que aos arranjos exteriores diz respeito, não será feita nenhuma alteração, para além do limite da nossa intervenção, já que se prevê que toda a envolvente será alvo de intervenção, aquando da reabilitação do estádio 1º de Maio.

Nesse sentido, propõe-se apenas lugares de estacionamento e pavimentação em todo o perímetro no mesmo material existente, no caso cubo de granito. No alçado Sul, que confronta com o campo de jogo exterior, será criado uma zona de acesso pedonal, também pavimentada com cubo de granito, que irá obrigar a redefinir o limite do campo de jogos (vedação, portões, postes e rede de proteção nylon), não comprometendo a necessária área de segurança.

Para além disso, no alçado poente, propõe-se a abertura de uma entrada, no muro de granito existente, que confronta com a EN101, garantindo assim, pela proximidade com a bancada que lhes é destinada, uma entrada alternativa para os adeptos visitantes.

Pretende-se que prevalece a harmonia entre o contruído e o natural, havendo cuidado tanto na escolha dos materiais utilizados, tanto na construção do edificado, como na construção de muros, pavimentos, escadas, tirando partido do uso do contraste de texturas, claro e escuro, áspero e suave, rústicos e refinados, invocando ambos os sentidos, visuais e tácteis.

Em suma, procurou-se adotar em toda a intervenção, uma linguagem que reflita uma abordagem contemporânea, através de uma geometria e desenho específico, transversal a toda a proposta, e em harmonia com a envolvente existente, de modo a garantir unidade formal e identidade à intervenção.

Braga, outubro de 2023  
O arquiteto,

---

(Vitor Quintas)













